



Resumo

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVS) surge a partir da mobilização de organizações da sociedade civil em torno do objetivo comum de impedir a construção do polêmico Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. O objetivo do trabalho, portanto, é analisar o MXVS e o alcance de sua atuação quanto à hidrelétrica Belo Monte, a partir de uma revisão bibliográfica sob a perspectiva da contribuição dos movimentos sociais para a democratização da esfera pública, abordando os conceitos de sociedade civil e de movimentos sociais. Para tanto, optou-se por uma metodologia baseada na coleta de dados primários e secundários. A coleta primária ocorreu no primeiro semestre de 2010, durante entrevistas realizadas em Altamira (PA); e a busca por informações institucionais e referentes ao histórico do MXVS levou à pesquisa de diversos sítios eletrônicos. Em seguida, foi feita uma análise do Movimento a partir da revisão bibliográfica apresentada. Nas considerações de /Scherer-Warren (2006) acerca do ativismo e militância, é possível perceber que o MXVS atua

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA: O CASO DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

Movements and Democracy: The Case `Xingu Alive
Forever`

Movimientos Sociales y Democracia: El Caso del
Movimiento Xingu Vivo para Siempre

Graziela Donário de Azevedo (EAESP-FGV)*

*Graduada em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), Mestranda em Administração Pública pela EAESP-FGV com foco em sustentabilidade, participação e desenvolvimento local.

Endereço: Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), Rua Itapeva, 432, 11º andar, Bela Vista, CEP 01332-000, São Paulo/SP

Email: gradonario@gmail.com

de forma mista, ou seja, conforme características mais “revolucionárias” e de contestação, alicerçadas na cooperação. Estabelecido, exclusivamente, como necessidade de combater um inimigo comum - a UHE de Belo Monte - o Movimento tem sua identidade construída a partir do posicionamento e por pressões políticas contra esse adversário, com a intenção (projeto) de impedir a construção da hidrelétrica.

Palavras-Chave

Movimentos sociais. Democracia. Usina de Belo Monte.

Abstract

The Movement `Xingu Vivo para Sempre` (MXVS) arises from the mobilization of civil society organizations around the common goal of preventing the construction of the controversial Belo Monte Hydroelectric. The objective therefore is to analyze the MXVS and scope of its operations concerning Belo Monte through a literature review from the perspective of the contribution

of social movements to democratization of the public sphere, addressing the concepts of civil society and social movements. Therefore, we chose a methodology based on primary and secondary data collection. The primary data were collected in the first half of 2010, during interviews in Altamira (PA) and the search for institutional and historical information about MXVS led to research at various electronic sites. Then we present an analysis of the movement from the literature review perspective. In consideration of Scherer-Warren (2006) about activism and militancy, it's possible to see that the acts of MXVS are established exclusively as a need to fight a common enemy: the Belo Monte's hydroelectric plant.

Keywords

Social movements. Democracy. Belo Monte's Hydroelectric Plant.

Resumen

El Movimiento Xingu Vivo Para Siempre (Movimiento Xingu Vivo Para Sempre - MXVS) surge de la movilización de las organizaciones de la sociedad civil en torno al objetivo común de impedir la construcción de la polémica hidroeléctrica de Belo Monte. El objetivo por tanto es analizar los MXVS y el alcance de sus operaciones relativas a Belo Monte a través de una revisión de la literatura desde la perspectiva de la contribución de los movimientos sociales a la democratización de la esfera pública, abordando los conceptos de sociedad civil y los movimientos sociales. Por lo tanto, se optó por una metodología basada en la recopilación de datos primarios y secundarios. Los datos primarios se recogieron en el primer semestre de 2010, durante las entrevistas en Altamira (PA) y la búsqueda de información más "institucional" y refiriéndose a MXVS históricos llevado a la investigación en diversos sitios electrónicos. A continuación se presenta un análisis del movimiento desde la perspectiva revisión de la literatura. En consideración de Scherer-Warren

(2006) sobre el activismo y la militancia, es posible ver que los actos de forma MXVS mixto, es decir, las características más "revolucionarias" y de defensa, basado en la cooperación. Creada exclusivamente como una necesidad de luchar contra un enemigo común: la planta hidroeléctrica de Belo Monte, el Movimiento ha construido su identidad a partir de la posición y la presión política contra este rival, la intención (diseño) para detener la construcción de la hidroeléctrica.

Palabras Clave

Movimientos Sociales. Democracia. Belo Monte.

Introdução

Este artigo foi inspirado no projeto referência da disciplina eletiva da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV) denominada FIS – Formação Integrada para Sustentabilidade, realizada no primeiro semestre de 2010. O projeto envolveu a elaboração de um parecer para dois bancos signatários dos Princípios do Equador sobre a concessão de crédito para a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (AHE) em Altamira, Pará. Além disso, foi insumo um relatório sobre o alcance de movimentos sociais, produzido em 2010, para a disciplina Gestão Pública em 3D, também parte do curso de graduação em Administração Pública da EAESP-FGV.

Belo Monte é um projeto polêmico de infraestrutura, elaborado, inicialmente, na década de 1970, cujos impactos socioambientais esperados levaram, na época, à mobilização das organizações da sociedade civil da região em torno do objetivo comum de impedir a construção da barragem: a constituição do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVS). Compõem esse movimento diversas lideranças - indígenas, mulheres, jovens, ambientalistas, dentre outras - , mobilizadas em organizações e grupos sociais muito atuantes

na região e cujas articulações já levaram à conquista de resultados expressivos para a causa em questão. Como exemplo, é possível citar a solidariedade e mobilização do cantor Sting e todo o apelo internacional que resultou na retirada de apoio do FMI e consequente suspensão do projeto no período militar pela falta de recursos. O objetivo do trabalho, portanto, é analisar o MXVS e o alcance de sua atuação quanto à Belo Monte. Será feita uma revisão bibliográfica sob uma perspectiva da contribuição dos movimentos sociais para a democratização da esfera pública, abordando os conceitos de sociedade civil e de movimentos sociais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, são apresentadas discussões conceituais acerca da sociedade civil, seguidas de considerações teóricas sobre a atuação dos movimentos sociais. Na seção seguinte, são abordados aspectos relevantes sobre o Movimento, como seu histórico de criação e atuação, além de um breve relato dos impactos diretos e indiretos em Belo Monte. É feita, ainda, uma leitura teórica do MXVS e sua atuação à luz dos autores discutidos na quarta seção. Por fim, o trabalho se encerra com uma apresentação de considerações finais e desdobramentos para futuros estudos sobre o tema.

1. Conceituando sociedade civil

O desafio de apresentar o conceito de sociedade civil é amenizado pelo reconhecimento de discussões anteriores, em que se apresentam interessantes contribuições sobre a literatura clássica já “sistematizadas” por autores como Norberto Bobbio (1999), Jean Cohen (2003) e Andrew Arato (1994). No debate nacional, o curto e esclarecedor texto de Gildo Marçal Brandão (2006), também, facilita a compreensão da evolução observada nos clássicos sobre o conceito em questão e suas implicações.

Para discutir o conceito gramsciano de sociedade civil, Bobbio (1999) apresenta

um panorama-síntese das contribuições do “pensamento público moderno, de Hobbes a Hegel”, avançando em direção a Marx, sobre a relação entre Estado e sociedade. Desde os teóricos realistas (do Estado tal como ele é), até os jusnaturalistas (dos modelos ideais de Estado), é possível identificar a tendência, mesmo que a partir de diferentes soluções, de considerar o Estado como o momento definitivo da vida coletiva do ser racional, resultado da racionalização de instintos, paixões e interesses que prevalecem no estado de natureza. Essa é a passagem de transformação do “reino da força desregrada”, ou sociedade natural, para o da “liberdade regulada” ou sociedade política (BOBBIO, 1999, p. 43).

A dicotomia entre Estado, na perspectiva positiva, e sociedade pré-estatal ou antiestatal, na negativa, se configura em três modelos teóricos principais: o modelo Hobbes-Rousseau, em que o Estado trata de eliminar e inverter, radicalmente, o estado de natureza; o modelo Locke-Kant, o Estado como aperfeiçoamento da fase anterior; e o modelo Hegel, que não nega de forma absoluta a sociedade pré-estatal (diferente de Hobbes-Rousseau), mas também não apenas a aperfeiçoa (como querem Locke-Kant) (BOBBIO, 1999).

Além de perceber o processo de racionalização do Estado como um “evento da história” e não mais um “ideal” jusnaturalista, Hegel, segundo Bobbio (1999), inova, também, ao distinguir sociedade civil de Estado político. Produzida historicamente, a sociedade pré-estatal não seria um estado de natureza. Dessa forma, contrapõe a esfera dos interesses privados e econômico-corporativos à esfera dos interesses públicos e universais. Além disso, a sociedade civil não somente trata da formação de classes, mas também engloba a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo (BOBBIO, 1999; BRANDÃO, 2006).

Com isso, de acordo com Bobbio (1999), enquanto para os jusnaturalistas, como Hobbes, Rousseau, Locke e Kant, o termo sociedade civil está relacionado à sociedade política e ao Estado,

para Hegel, esta seria a sociedade pré-estatal; enquanto os primeiros contrapõem estado de natureza (“não-civilizado”) versus estado civil, Hegel contrapõe sociedade civil e sociedade política. Sobre essa transformação, Bobbio (1999) aponta que Hegel descarta análises jurídicas dos jusnaturalistas, baseadas em propriedade e contratos, e se aproxima dos economistas:

As relações econômicas constituem o tecido da sociedade pré-estatal (...) a distinção entre o pré-estatal e o estatal é figurada cada vez mais como a distinção entre a esfera das relações econômicas e a esfera das instituições políticas (HEGEL *apud* BOBBIO, 1999, p. 51)

Segundo a teoria contratualista, o Estado é uma criação artificial, produto de uma “ação voluntária pela qual os indivíduos abdicam de sua liberdade originária em benefício de um terceiro, dando vida a um corpo político soberano que lhes garanta vida, liberdade e bens” (HEGEL *apud* BRANDÃO, 2006, p. 106), cuja tarefa é garantir a liberdade individual e a propriedade privada. Para Hegel (*apud* BRANDÃO, 2006), a teoria contratualista confunde Estado e sociedade civil ao incluir no Estado um interesse particular.

Dando continuidade ao panorama apresentado por Bobbio (1999), o autor se refere a Marx afirmando que este não coloca em categorias opostas o pré e o pós-estatal (natural e civil), mas, sim, a estrutura versus superestrutura, ou sociedade civil x Estado. Essa identificação marxiana entre a sociedade civil e a “estrutura” não é observada na inovadora teoria marxista de Gramsci. Para este (GRAMSCI *apud* BOBBIO, 1999, p. 54), a partir da definição hegeliana, a sociedade civil “não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”. Dessa forma, contrariamente a Marx, que coloca esse momento como o momento das relações econômicas, Gramsci o encara como o momento das relações ideológico-culturais e da vida espiritual e intelectual (BOBBIO, 1999).

Um salto no tempo-espaço nos mostra a contemporaneidade dessa discussão: “O conceito

de sociedade civil se colocou na moda hoje em dia graças às lutas contra as ditaduras comunistas e militares em muitas partes do mundo” (COHEN, ARATO, 2000, p. 7), inclusive no Brasil, em que ainda se convencionou se referir à expressão “civil” como a oposta à “militar”. Inverte-se, assim, o pensamento gramsciano, ao considerar positivo tudo que era originário da sociedade civil e negativo o que vinha do Estado (COUTINHO, 2000). No entanto, a “sociedade civil é o lugar do conflito pela hegemonia. Aí se segrega, se produz, a ideologia, cimento amalgamador do consenso, permanentemente contestado pelo dissenso” (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Coutinho (2000, p. 2), Gramsci defende que uma “concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento pode definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado”, uma vez que, por exemplo, a sociedade civil pode ser dominada pela direita, ou ainda o Estado pode representar demandas universalistas.

Cohen e Arato apresentaram, em 1992, seu robusto estudo teórico sobre o conceito de sociedade civil, que traz interessante re-leitura de clássicos e autores importantes. Além disso, propuseram um modelo próprio que tinha por objetivo contribuir para a teoria democrática, de forma a passar a influência entre as sociedades civil e política para o centro da discussão. De acordo com Cohen (2003), para a construção deste modelo, Cohen e Arato (1992) adotaram o pressuposto do

Estado soberano como objetivo e referente fundamental (...) Presumimos que os indivíduos aos quais se aplicam as prerrogativas de pluralidade, publicidade, privacidade, portadores de direitos subjetivos e objeto de proteções da lei (legalidade) são cidadãos do Estado em cujo território e sob cuja jurisdição vivem. (COHEN, 2003, p. 431).

A opinião coletiva e a vontade popular,

desenvolvidas por meio do debate público, do desacordo e da crítica, buscam impactar o processo legislativo e as políticas públicas (COHEN, 2003). Essa discussão de soberania, ou seja, de que os “atores em uma determinada sociedade civil são cidadãos do Estado soberano onde residem”, faz parte das teorias sobre sociedade civil do final do século XX (COHEN, 2003, p. 432). Dessa forma, para Cohen (2003, p. 424), a sociedade civil é a “esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado”, que tem por composição três elementos distintos: (i) pluralidade, baseada na associação voluntária; (ii) publicidade, relacionada a reuniões públicas para articular interesses; (iii) privacidade, relativa à “autonomia do indivíduo” vinculada aos seus direitos (COHEN, 2003).

Arato (1994) distingue sociedade civil e sociedade política a partir dos níveis da vida associativa durante períodos de transição e nas sociedades democráticas em geral. De acordo com ele, a mudança de regime não desmobiliza a esfera civil, ou seja, o deslocar da sociedade civil para a sociedade política não levaria à sua atomização. Tal relação bilateral civil-política é fundamental para a democracia. Para tratar do dualismo entre Estado e sociedade, Arato (1994, p. 3) diferencia três “sociedades”: “uma sociedade econômica, baseada em formas de propriedade e em associações puramente econômicas, uma sociedade política, fundada no sufrágio e nos partidos, e uma sociedade civil baseada em direitos de comunicação, em associações e movimentos civis”. Com isso, surge um modelo de cinco componentes, cujas interações “parecem ser decisivas para o futuro da democracia” (ARATO, 1994, p.3).

Para Franco (2005), Tocqueville inaugura uma linha de pensamento sobre a sociedade civil próxima à de John Stuart Mill, e, portanto, diferente da de Locke, Hegel e Gramsci. Tocqueville teria utilizado a expressão “governo civil” para falar da capacidade de gerar ordem espontaneamente por meio da cooperação, como uma “teoria não-hobbesiana do Estado” (FRANCO, 2005, p. 4). É

a partir desta afirmação que o autor agrega sua interpretação de Putnam sobre capital social, “para explicar por que uma sociedade civil forte - uma cultura cívica e cidadã - é fator indispensável à prosperidade econômica e à boa governança. Altos níveis de desenvolvimento correspondem, assim, a um alto estoque de capital social” (FRANCO, 2005, p. 6), e este está vinculado às conexões voluntárias baseadas em cooperação e reciprocidade, um fenômeno que aparece de forma mais intensa na sociedade civil do que no Estado ou no mercado. É o que o autor chama de “esquema trinário de interpretação da realidade social”, formado por setores com racionalidades próprias: o Estado normativo (primeiro setor), o mercado competitivo (segundo setor) e a sociedade civil cooperativa (terceiro setor) (FRANCO, 2005, p. 8).

Cohen (2003) comenta que este “esquema trinário” de Franco, que aparece no estudo de Cohen e Arato (1992), como “concepção tripartite”, pode ser explicado por meio das restrições relativas a poder e produção econômica, às quais estão sujeitos o Estado e o mercado, mas não a sociedade civil. Como para os atores da sociedade civil não há interesse em obter o poder do Estado ou a “organização da produção; em vez disso, tentam exercer influência pela participação em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública” (COHEN, 2003, 427-428).

Faz parte da continuidade da discussão teórica, a compreensão dos três componentes fundamentais sobre sociedade civil elaborados por autores europeus do século XX, e apresentados por Cohen (2003), a partir de Cohen e Arato (1992). O primeiro componente é ilustrado por Gramsci e está relacionado à dimensão cultural e simbólica da sociedade civil, que “não é dada ou natural; ela é antes um lugar de contestação social (...) uma arena onde se forjam alianças, identidades coletivas e valores éticos” (GRAMSCI *apud* COHEN, 2003, p. 425).

O segundo componente, relacionado, principalmente, a Touraine, Melucci e outros, reforça a dinamicidade, criatividade e o caráter

contestador da sociedade civil. A partir dessa dimensão, é possível perceber a sociedade civil como espaço dinâmico e inovador para tratar problemas, projetos, valores e identidades coletivas. Além disso, devido à sua ação coletiva, pode se tornar relevante para lutas pela democratização. Aqui se evidencia uma importante contribuição do século XX para a pluralidade, relacionada à “ênfase nos *movimentos sociais*, como importante manancial de inovação, experimentação e participação cívica, com uma função essencial para o sistema político de despertar a consciência para novos problemas e questões” (COHEN, 2003, p. 425, grifo do autor). O terceiro componente está na caracterização deliberativa da esfera pública demonstrada por Jürgen Habermas e outros, segundo Cohen (2003), esclarecendo o papel da sociedade civil de “mediação entre o particular e o geral” (COHEN, 2003, p. 426).

Já Scherer-Warren (2006, p. 110) conceitua sociedade civil como: “a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”. Na visão da autora, portanto, é a sociedade civil a responsável por endereçar interesses da sociedade, dando voz às causas defendidas por grupos organizados. Para tanto, manifestações em praça pública proporcionam pressão política e visibilidade diante da mídia, para além da articulação de atores de movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de redes. A autora classifica os chamados “níveis” da sociedade civil como: (i) associativismo local (associações civis e movimentos comunitários); (ii) formas de articulação interorganizacionais (fóruns, associações nacionais de ONGs e redes de redes); e (iii) mobilização na esfera pública (grande manifestações de atores de movimentos, como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, por exemplo) (SCHERER-WARREN, 2006).

Tal lógica “militante” e de pressão depende

de certo grau de liberdade da sociedade civil para poder se posicionar. Isso posto, vale observar as colocações de Cohen (2003, p. 428) acerca da interação comunicativa, que possibilita a sua coordenação, e de sua autonomia em comunicar, ou seja, em “organizar, criticar e reafirmar normas, valores, identidades e significados”, permitindo que aflore seu potencial crítico, sua capacidade de influência na sociedade política, de forma protegida “contra a ‘colonização’ pelo dinheiro ou pelo poder”.

De acordo com Arato (1994, p. 3), sob a perspectiva metodológica do conceito, “a noção de sociedade civil continua sendo prejudicada por inúmeras ambigüidades”, que não se resolvem na distinção da sociedade política e da sociedade econômica. Considerando as contribuições apresentadas até este ponto, parece que o trecho abaixo desse autor introduz, de forma interessante, a discussão da próxima seção:

Segundo o princípio dualista de reconstrução da sociedade civil, uma sociedade unificada cerrava fileiras contra um inimigo imutável, o Estado-partido: Era “nós” contra “eles”. Nessas circunstâncias, era não só fácil como também necessário que orientações ideológicas muito diferentes cerrassem fileiras junto a um movimento social unificado, caso desejassem vir a ter alguma participação política. (ARATO, 1994, p. 6).

2. Os movimentos sociais, a globalização e a democracia

No *continuum* da seção anterior, a discussão sobre os movimentos sociais é encadeada com as concepções de sociedade civil e seus desdobramentos contemporâneos, no contexto globalizado e de relações mais complexas. Nesse sentido, Cardoso (1987) apresenta os movimentos sociais do cenário político como novos atores que trazem a possibilidade de transformações sociais e mudanças na estrutura de dominação vigente. A partir de novas identidades sociais, esses

movimentos são instrumentos de modificação do jogo.

Segundo Mainwaring e Viola (1984, p. 6), os movimentos sociais são “portadores de uma cultura política mais democrática”, que inclusive contribuíram para a queda da ditadura militar; foram fundamentais na transição para a democracia, pois questionaram “a cultura política semidemocrática brasileira”, bem como trouxeram “novos valores, perspectivas, métodos e abordagens para a arena política”. No entanto, para Cardoso (1987), tais movimentos só exercem efetivamente esse papel caso consigam unificar-se e superar a fragmentação de ações, afinal, “aparecem como as mil faces do povo oprimido que, em algum momento, deve mostrar sua unidade” (CARDOSO, 1987, p. 7). A partir de um olhar aplicado em países com intensa atividade social, Arato (1994) questiona, também, a capacidade da sociedade civil de, isoladamente, efetivar uma alteração de regime, seja de forma limitada ou ainda revolucionária.

Como contextualização para a discussão, parece relevante trazer algumas características propostas por Cardoso (1987) para os movimentos sociais urbanos, quais sejam: (i) novos e diferentes dos partidos e sindicatos, carregam formas específicas de participação; (ii) resistência e luta contra o Estado; (iii) potencial de transformação do modelo de dominação. Assim, afirma-se uma “capacidade de construir identidades políticas” de forma autônoma do sistema representativo, levando a participação a ganhar um “caráter moral”, como oposição à manipulação, como o substituto da cooptação, como canal de expressão para os reais interesses populares (CARDOSO, 1987, p. 3).

Ainda, a conceituação de movimentos sociais passa por questões tangenciadas na seção anterior. Conforme Arato (1994) analisa suas contribuições e as de Cohen e Arato (1992), para além da distinção entre a sociedade civil como movimento (constituente) versus instituição (constituída), é preciso incorporar a literatura existente sobre a noção das redes e do social

(como em Durkheim), que ainda precisa evoluir no campo da sociologia do direito.

Para Cohen (2003), a atualização do conceito de sociedade civil coloca os tais atores deste segmento social na interação com atores estatais e econômicos. A perspectiva da globalização posiciona a orientação da sociedade civil na linha da modificação geral da consciência pública. Portanto, a partir da alteração das formas de pluralidade, publicidade e privacidade, as sociedades civis globalizadas não são analisadas na mesma perspectiva de sua antecessora, a sociedade civil nacional. Esta “nova formação social” é mais forte do que muitos Estados, pois:

Poucos Estados (nem os Estados Unidos, provavelmente) podem fugir e resistir à pressão da mobilização internacional em torno das questões dos direitos humanos, da ecologia, do trabalho e da cultura. Isso porque os atores civis têm hoje condições de mobilizar Estados e organizações regionais por meio dos processos de comunicação e pelo exercício da pressão política. Isso quer dizer que na nova sociedade civil global a política de influência é complementada pela utilização de algumas formas de poder (COHEN, 2003, p. 452).

Nesse ponto a concepção de rede ganha espaço na discussão, pois sua forma elimina fronteiras nacionais e pode construir associações transnacionais da sociedade civil. Já utilizado no passado, como no caso das células comunistas, o formato das redes recebe novo desenho com a flexibilidade e a horizontalidade, diferente do perfil hierárquico presente no passado. Além disso, a inclusão das mídias eletrônicas é extremamente relevante para as redes, influenciando novas formas de ação coletiva (COHEN, 2003).

Keck e Sikkink (1998, p. 8, tradução própria) definem redes como uma “forma de organização caracterizada por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e intercâmbio”; são rotuladas como “*advocacy networks*”, uma vez que atuam na defesa de uma causa ou de uma proposta. O surgimento de tais redes é facilitado

caso os canais de relação com o governo estejam prejudicados ou não sejam efetivos para tratar de algum conflito, o que leva “organizações não governamentais domésticas a buscarem aliados internacionais para tentar trazer pressão a seus governos”. É dessa forma que os autores introduzem o conceito do “bumerangue” (KECK, SIKKINK, 1998, p. 5, tradução própria). Para Cohen (2003), seria um processo

pelo qual associações da sociedade civil ou organizações não-governamentais de origem nacional passam por cima dos seus Estados e se vinculam diretamente a aliados transnacionais para tentar exercer pressão sobre seus Estados (ou outros Estados que tenham como alvo) a partir de fora ou ‘do alto’ (COHEN, 2003, p. 439).

Cohen (2003), apresenta, ainda, um contraponto ao afirmar que a sociedade civil não tem por função a substituição da sociedade política, uma vez não é equivalente funcional das instituições representativas. Isso porque não só não tem alcance suficiente em termos de fiscalização das instituições supranacionais, como também em termos de autofiscalização. Redes e associações civis devem ser fiscalizadas devido ao seu potencial excludente, injusto, desigual e antidemocrático (COHEN, 2003). Portanto, seu papel é o de exercer influência.

Retomando a concepção de Keck e Sikkink (1998), “*transnational advocacy networks*” são redes que desenvolvem técnicas e estratégias de influência relacionadas a: (i) acesso a informação (*information politics*); (ii) publicização de questões por meio de eventos e conferências (*symbolic politics*); (iii) atração de atores mais poderosos para a causa (*leverage politics*); e (iv) cobrança de postura de governos e instituições de acordo com princípios acordados (*accountability politics*). Para os autores, a chave para seu sucesso está no fortalecimento e densidade das redes, na vulnerabilidade do estado ou organização alvo, nas estruturas domésticas e na natureza da causa em questão.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (2006), a luta pela cidadania e garantia de direitos é debatida por meio de temas transversais, relativos a diversos aspectos da exclusão social e da demanda de novos direitos. É nesse ponto que a indivisibilidade de direitos proposta pela Plataforma DhESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) ganha espaço, com o conseqüente alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base de mobilizações.

Outra discussão da autora que se mostra relevante para este trabalho envolve a caracterização do ativismo nas redes de movimento. Para além da conhecida militância denominada “revolucionária”, Scherer-Warren (2006) aponta o surgimento de outro tipo de ativismo, baseado em valores democráticos, de solidariedade e cooperação. Essa nova forma de militância modifica, também, a divisão clássica das ONGs sobre sua maneira de atuar (*think tanks* ou produtoras de conhecimento, ativistas, e prestadoras de serviço ou de caridade), levando tais organizações a mesclarem cada vez mais esses perfis. De acordo com a autora, para o empoderamento, é necessária a democracia nos mecanismos de participação em organizações e comitês da esfera pública, com a criação de novas formas de governança. O preparo dos atores a interagirem nesses espaços passa por: mobilizações de base local na esfera pública; fóruns e redes da sociedade civil; conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; e conferências nacionais e globais de iniciativa governamental.

Scherer-Warren (2006) apresenta, ainda, como possibilidades resultantes das redes de movimentos sociais, a transposição de fronteiras de diversas maneiras: territoriais, temporais e sociais. O primeiro tipo de fronteira é uma forma de articulação de ações locais a ações regionais, nacionais e transnacionais; enquanto o segundo tipo reflete a indivisibilidade de direitos humanos entre diversas gerações históricas. Já o terceiro tipo compreende o pluralismo de concepções de

mundo conforme certos limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia.

3. Experiência estudada – O Movimento Xingu Vivo para Sempre

Essa seção pretende apresentar características do Movimento Xingu Vivo para Sempre, relevantes para o entendimento de sua influência em Belo Monte. Para compreender sua atuação e posicionamento, é preciso resgatar a trajetória e motivações para a criação do Movimento. O histórico de acontecimentos na Bacia Hidrográfica do Xingu é determinante na compreensão das expectativas e exigências desses atores quanto à Belo Monte.

Para tanto, optou-se por uma metodologia baseada na coleta de dados primários e secundários. A coleta primária ocorreu no primeiro semestre de 2010, durante as entrevistas e discussões em grupo realizadas em Altamira (PA) com diversos atores, como parte da imersão no campo da disciplina FIS. Entre 16 e 25 de abril de 2010, foram conduzidas localmente ao todo 18 entrevistas com representantes do governo municipal (um); de empresas da área de energia (um); do movimento indigenista (um); do Ministério Público Federal (um); de associações e movimentos sociais (sete); líderes indígenas (três) e pesquisadores (quatro). Além disso, fez parte da coleta primária a realização de pelo menos 20 entrevistas com habitantes de Altamira/PA.

A análise desses dados primários foi fundamental para o entendimento das possíveis influências do Movimento na questão de Belo Monte, uma vez que não foi essa a perspectiva do estudo realizado para a disciplina em questão. No entanto, apesar da compreensão sobre a relação e possível influência do Movimento quanto à Belo Monte ter sido considerada apenas adicional para o estudo realizado em 2010, o tema já constava no roteiro de pesquisa, o que facilitou a análise dos dados para a elaboração do presente artigo.

Em busca de informações mais

“institucionais” e referentes ao histórico do MXVS, foram pesquisados diversos sítios eletrônicos, principalmente o recém-criado *www.xinguvivo.org.br*. Em seguida, foi feita uma análise do MXVS a partir da revisão bibliográfica apresentada.

Atualmente “formalizado” como Movimento, o MXVS possui coordenação geral e *website* próprio, além de diversas parcerias e apoios de organizações nacionais e internacionais. No entanto, é possível identificar a composição inicial de um movimento social relativo à Belo Monte já em 1988, quando se iniciam as mobilizações contra o Complexo Hidrelétrico de Altamira, que reunia as usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW). É nesse ano que alguns acadêmicos e lideranças indígenas da região apresentam, em simpósio sobre o manejo adequado de florestas tropicais na Universidade da Flórida, Miami (EUA) e depois novamente Washington, relatos indignados sobre os projetos de hidrelétricas a serem financiados pelo Banco Mundial, que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas, para os quais não tinha havido consulta prévia, apesar do impacto direto nessas populações.

Em fevereiro de 1989, acontece em Altamira o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, evento que ganha notoriedade pela grande presença da mídia nacional e internacional, de movimentos ambientalistas e sociais. Com objetivo de protestar contra as decisões tomadas sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico, o encontro reuniu cerca de três mil pessoas e é considerado um marco no socioambientalismo no Brasil. Como resultado, tem-se o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, e da Declaração Indígena de Altamira. Remodelado para tentar agradar ambientalistas e investidores estrangeiros, o novo projeto é apresentado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e à Eletrobrás. Com isso, o reservatório da usina é reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena Paquicamba.

O Plano Plurianual de 2000-2003 estabelece o empreendimento de Belo Monte não somente como obra estratégica para geração de energia, mas também como peça estruturante do Eixo de Desenvolvimento - Madeira/Amazonas, parte do programa Avança Brasil. Em agosto de 2001, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, que reúne 113 organizações sociais, elabora um documento intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. Um mês depois, a Justiça Federal concede, em setembro, liminar à ação civil pública que pede a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte. São situações similares de enfrentamento e abstenção que se seguem nos sete anos seguintes.

Com o resgate e renovação do projeto de Belo Monte em 2008, o empreendimento retorna à pauta como a maior obra do Programa de Aceleração de Crescimento do governo (PAC). Modificações no projeto levaram à elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental e de um Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), de acordo com os procedimentos oficiais de licenciamento ambiental. No entanto, muitas são as críticas a tais análises. Na visão do MXVS, o EIA-RIMA “não apresenta fundamento e sentido uma vez que os impactos ambientais no rio Xingu e nas demais áreas dificilmente podem ser mensuradas, em razão da complexidade da biodiversidade do local” (XINGU VIVO, 2010). Para além dessa consideração quase-subjetiva, o Movimento analisou, crítica e cientificamente, tais documentos com o apoio de um Painel de Especialistas que elaborou um parecer técnico sobre as falhas e os desvios analíticos identificados - tanto pela insuficiência quanto pela fragilidade dos estudos oficiais.

A pesquisa realizada para a disciplina FIS mostrou a existência de impactos diretos e indiretos para a construção do AHE de Belo Monte, conforme é possível de verificar em vários estudos disponíveis *online*. Para melhor compreender o projeto e suas implicações,

recomenda-se principalmente o documento escrito pelo Painel de Especialistas (2009), o vídeo produzido com apoio da *International Rivers* e da *Amazon Watch* (2010) e, claro, os documentos oficiais do processo de licenciamento ambiental, disponíveis no sítio eletrônico do Ibama (2010).

3.1 Influências para o AHE de Belo Monte

Retratado em Xingu Vivo (2010), o histórico de acontecimentos envolvendo Belo Monte e as organizações sociais e lideranças locais de Altamira demonstra a profusão de idas e vindas entre mobilizações sociais contra e atos governamentais a favor da construção da Usina, como uma “valsa” entre inimigos. Assim como mencionado sobre o ocorrido em 2001, outras ocasiões, também, refletem reação do governo às manifestações, mostrando o impacto desses encontros de grupos e cartas enviadas.

Conforme relatado por representantes do MXVS, para tentar empurrar a UHE de Belo Monte “goela abaixo” dos povos da Amazônia, o governo federal marcou para setembro de 2009 quatro audiências públicas. A audiência pública de Belém aconteceu no dia 15/09, e teve a presença de centenas de soldados da Força Nacional que tentaram impedir a entrada de manifestantes indígenas e dos movimentos sociais. Porém, contrário ao que empresários e o governo federal e estadual imaginavam, a resistência foi grande, selando, assim, a aliança campo-cidade.

Fruto do processo iniciado exatamente um mês antes da audiência em Belém (15/10), foi lançado o Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que se propõe a trazer para a região metropolitana o debate sobre a Usina. Para tanto, foi lançado um Blog, que tem a finalidade de cumprir esse papel, ou seja, informar à sociedade “os reais interesses que existem por trás dessa hidrelétrica, a que e a quem ela servirá” (XINGU VIVO, 2010).

A coordenadora do MXVS, Antonia Melo (2010), em entrevista, afirma como resultado

das mobilizações sociais no Pará não somente o fortalecimento da aliança e das redes sociais, mas, também, a publicização do debate e da polêmica sobre Belo Monte, a política energética brasileira e o modelo de desenvolvimento vigente para Amazônia. Antonia Melo (2010) coloca esse modelo numa posição que demanda revisões, pois foi “construído na ditadura militar e pautado na usurpação de seus recursos naturais, em que os lucros são apropriados somente por alguns grupos privados enquanto seus impactos são absorvidos pelas populações locais”. A coordenadora aponta, ainda, como resultados do MXVS, a grande visibilidade internacional e o aumento da pressão política sobre os governantes responsáveis pelo projeto. Como estratégia futura de atuação, assinala o estabelecimento de forte aliança dos rios Xingu, Tapajós e Madeira, e a promoção de uma mobilização em defesa dos Rios da Amazônia e contra os “projetos de morte e destruição do PAC do Governo Federal” (MELO, 2010).

4. Um olhar teórico sobre a experiência estudada

Para melhor compreender a atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que surge, essencialmente, da necessidade identificada por diversas organizações da sociedade civil do Pará de se organizarem e combaterem a construção da hidrelétrica de Belo Monte, procurou-se apoio nas referências apontadas nas seções anteriores deste artigo, fundamentalmente nos trabalhos de Ruth Cardoso (1987), Jeffrey Alexander (1998) e Ilse Scherer-Warren (2006).

Cardoso ganha destaque, nesta seção, principalmente devido a desdobramentos recentes do caso em questão, uma vez que a condenação do governo brasileiro na Corte Interamericana de Justiça não trouxe qualquer efeito para o *status* de construção da obra, mesmo com os acordos internacionais ratificados pelo país. A relação da autora com essa situação está na contribuição que traz com a expressão “e a luta continua...”, que explicita uma esperança

de que o episódio traga um aprendizado político que influenciará novas etapas, a partir de um pressuposto de “alargamento da consciência política” (CARDOSO, 1987, p. 6).

O segundo autor mencionado, Alexander (1998), traz contribuições significativas no entendimento e análise sobre o surgimento e atuação dos movimentos sociais, que pode ser essencial para a elaboração deste trabalho. Já a autora Ilse Scherer-Warren (2006) contribui em diversos aspectos para análise teórica do Movimento, principalmente com elementos e caracterização das redes de movimentos sociais.

Com uma citação de Oberschall (1973, p. 33), Alexander (1998) discute o posicionamento oposto de privilegiados e desfavorecidos, o qual leva ao conflito social, sendo os primeiros interessados na manutenção de seu benefício e os segundos buscando aumentarem sua quota de modo individual ou coletivo. É possível aqui um paralelo com a situação do MXVS, que surge, essencialmente, da necessidade identificada de mobilização das ONGs locais contra um empreendimento que traria impactos negativos em diversas esferas para essa comunidade. Nesse ponto, Cardoso (1987, p. 9) traz a ideia da “união pela experiência concreta da discriminação”, por meio da qual o reconhecimento da igualdade pela exclusão leva à imposição de regras de funcionamento que evitam a hierarquia. Com intenções de representar e posicionar os interesses daquela população desfavorecida pelo histórico de ocupação e desenvolvimento fundado em desigualdades na região, essas organizações buscavam aumentar seus benefícios, em contraposição àqueles postos pelo governo/empreendedor. É de extrema importância notar aqui a garantia de direitos almejada pelo movimento por meio da concessão de voz a esse grupo de moradores de Altamira e região.

Sobre os motivos para a estruturação do MXVS como movimento em si, pode-se citar Alexander (1998) que apresenta a perspectiva de os movimentos, ao se organizarem, ganharem poder e influência para modificar a distribuição

dos bens materiais. É possível afirmar que esta é uma motivação muito relevante no caso do MXVS, uma vez que as organizações locais perceberam que, individualmente, suas manifestações teriam menos impacto, o que dificultaria qualquer possibilidade de negociação efetiva com o governo e empreendedor do AHE de Belo Monte.

Já no texto de Mainwaring e Viola (1984), é possível verificar contribuições nesse sentido, quando os autores afirmam que, em muitas regiões do Brasil, as comunidades de base ocuparam papel de “trampolim”, ou seja, foram ponto de partida para a emergência de outros movimentos na sociedade civil. De acordo com os autores, essas comunidades e outras organizações de base da igreja, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, influenciaram e fortaleceram sindicatos camponeses na Amazônia e no Nordeste brasileiro (MAINWARING; VIOLA, 1984, p. 55). Essa é uma realidade conhecida para o MXVS, uma vez que sua composição foi marcada pela atuação de organizações de base religiosa e comunitária.

Também é possível discutir o MXVS sob o olhar de sociólogos contemporâneos, conforme Alexander (1998), que afirmam que a teoria dos novos movimentos sociais permite uma análise num cenário de novo modo de produção e novos tipos de privações, tratando não só da visão instrumental e materialista, mas também da subjetividade relativa aos movimentos sociais. Importante contribuição desse autor é a percepção da identidade social e pessoal como produto da ação social, o que coloca a identidade pessoal como propriedade a ser reivindicada e defendida. Uma complementação dessa visão são os argumentos apresentados por Ilse Scherer-Warren (2006) acerca dos três elementos de uma rede de movimentos sociais: identificação, definição de adversário comum e projeto. O primeiro elemento pode ser explicado pela identificação de valores em comum, contra certos atores ou situações antagônicas a serem combatidas e enfrentadas (segundo elemento), para alcançar certos objetivos coletivos (terceiro

elemento).

Esse processo de articulação com grupos de mesma identidade social ou política ganha proporções no contexto da sociedade de redes, na medida em que leva à maior visibilidade e impacto na esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006). É possível inferir que a questão do reconhecimento e do agrupamento em torno da negação de um grupo e/ou de uma realidade exerce importante papel na definição de identidade de um movimento social. Essa é uma grande contribuição para o entendimento do MXVS, que se estabeleceu unicamente como necessidade de combater um inimigo comum: a UHE de Belo Monte. A identidade do Movimento, assim, passa pelo posicionamento e por pressões políticas contra esse adversário, com a intenção (*projeto*) de impedir a construção da hidrelétrica devido às falhas e ao desrespeito à legislação em diferentes instâncias e momentos do processo.

Em comparação com organizações do terceiro setor, Scherer-Warren (2006) considera os movimentos sociais menos institucionalizados e mais abrangentes - apesar de não ser institucionalizado formalmente, o MXVS é minimamente organizado, tem coordenador e *website* próprio. Além disso, a autora trata da “transversalidade na demanda por direitos” como a percepção de que a garantia de direitos deve ser obtida por meio do alargamento da concepção de direitos humanos e da ampliação da base das mobilizações.

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorializado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Essa citação vai de encontro com a realidade do MXVS, pois o Movimento se configura como uma rede que agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas. Também é possível perceber a evolução nesse sentido, uma vez que, historicamente, aconteceram aglutinações crescentes de organizações e encontros de grupos cada vez maiores e mais representativos para combater Belo Monte desde a década de 90: Encontro dos Povos Indígenas do Xingu; Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu; Movimento Xingu Vivo para Sempre; Encontro dos 4 Rios (Seminário sobre projetos de hidrelétricas, eclusas e hidrovias nos rios Tapajós, Madeira, Xingu e Teles Pires).

Nas considerações da autora acerca do ativismo e militância, é possível perceber que o MXVS atua de forma mista, ou seja, conforme características mais “revolucionárias” e de contestação, alicerçadas na cooperação (SCHERER-WARREN, 2006). O Movimento, também, ilustra a tendência apresentada pela autora de mescla entre as formas clássicas de atuação das ONGs. Predominantemente de caráter ativista e mobilizador, essa rede de movimentos sociais atua, ainda, como produtora de conhecimentos, uma vez que realiza e apoia a realização e a disseminação de estudos técnicos sobre o empreendimento de Belo Monte.

Chega a impressionar o alcance de seu posicionamento, com iniciativas que influenciaram a condenação do governo brasileiro, em 2011, em um processo sobre o desrespeito de direitos humanos na Corte Interamericana de Justiça. Clássica aplicação do “bumerangue” de Keck e Sikkink (1998), o MXVS acionou sua rede composta de organizações internacionais para trazer publicidade (visibilidade) e utilizar de pactos firmados pelo Brasil no âmbito jurídico internacional. No entanto, a postura do governo brasileiro ao ignorar e até repudiar publicamente

esta condenação é exemplo que demonstra a insuficiência da iniciativa do MXVS frente aos interesses empresariais e governamentais propulsores de Belo Monte.

Dessa forma, apesar de hoje não prestar serviços, no cenário eventual de construção da hidrelétrica, pode-se especular uma alteração do projeto do Movimento, que poderia passar a dar assistência às populações direta e indiretamente atingidas por Belo Monte ou, ainda, atuar diretamente como parte de um observatório social para acompanhar a evolução da obra e cobrar respostas do empreendedor e do governo.

As possibilidades de transposição de fronteiras resultantes da atuação de movimentos sociais discutidas por Scherer-Warren (2006) faz sentido à situação em questão, pois o MXVS se propõe a articular ações locais às regionais, nacionais e transnacionais de modo a lutar pelo respeito a direitos humanos de diversas gerações. Exemplo disso é a influência do MXVS nas mobilizações dos “quatro rios”, apoiando movimentos contra projetos de alto impacto em rios que não fazem parte da bacia do Xingu. O Movimento age, também, na transposição de fronteiras sociais, já que pressupõe e luta pelo respeito às diferenças entre os diversos grupos e interesses envolvidos na questão de Belo Monte.

Considerações finais

Olhar para o histórico de atuações sociais em Altamira (Pará), nos mostra como organizações e lideranças podem se mobilizar em torno de uma causa, como podem representar e defender interesses e valores de diversos grupos locais quanto à construção da hidrelétrica de Belo Monte na região. Inspirado pelas contribuições teóricas aqui apresentadas, este olhar ganha concepções mais definidas em diversos aspectos, como uma motivação mais clara para tais grupos se aliarem em torno de uma causa comum: poder e influência, além de maior visibilidade e possibilidade de negociação.

Além disso, a identidade na formação de um movimento ganha evidência, conforme Alexander (1998), como produto da ação social. Sob outra perspectiva de análise, Scherer-Warren (2006) mostra a identidade como elemento definidor de uma rede de movimento social, ao lado da identificação de um projeto ou utopia e de um adversário comum: Belo Monte, no caso em questão. Menos institucionalizados do que organizações do terceiro setor, os movimentos sociais são mais abrangentes.

A transversalidade de direitos aparece, também, na discussão de forma relevante, na medida em que o Movimento toma amplas proporções, reunindo grupos de diferentes perfis e causas específicas diversas, em torno de um objeto em comum: impedir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As fronteiras territoriais, temporais e sociais perdem espaço nesse contexto.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar a análise dos impactos da existência e da atuação do MXVS quanto a Belo Monte, além de fundamentar melhor, no campo da teoria democrática, a própria criação do Movimento. Um desdobramento possível desta pesquisa seria o estudo das contribuições efetivas obtidas a partir de espaços participativos democráticos influenciados por movimentos sociais como o MXVS, para a formulação e implementação de políticas públicas, tais como os Conselhos Municipais e eventuais observatórios sociais que surgirem em Altamira caso a hidrelétrica efetivamente seja construída.

O contato com mobilizações como o Movimento nos mostra como ainda é grande a necessidade de mais espaços de articulação e participação na esfera pública. Membros do MXVS são pessoas que dedicam sua vida para dar voz a grupos socioeconomicamente frágeis e desfavorecidos, excluídos do processo de influência contra um empreendimento de enorme impacto como Belo Monte. Apesar de elementos passados e atuais que indicam conquistas parciais contra Belo Monte, como a retirada de apoio do

FMI no período militar e a recente condenação do governo na Corte Interamericana de Justiça, fica claro que seus reais efeitos para a causa do MXVS ainda segue na linha do “e a luta continua...”, uma vez que se mostrou frágil e insuficiente perante a vontade política que sustenta a construção do empreendimento.

Referências

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p.5-31, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 14 fev. 2012.

ARATO, A. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 18., 1994, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm. Acesso em: 14 fev. 2012.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, G. M. Teoria política e institucionalização acadêmica. In: QUIRINO, C.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. M. (Org.). **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 271-275. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CuuqnRQCuoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=gildo+brand%C3%A3o&ots=oJikkPBOXo&sig=cpuflWHP3cNa1Yraj7_P-lbA2CY#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 nov.2012.

CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São

Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

_____; ARATO, A. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____; _____. **Civil society and political theory**. Cambridge, MIT Press, 1992.

COUTINHO, C. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>. Acesso em: 14 fev. 2012.

FRANCO, A. Desenvolvimento, capital social, redes sociais e sustentabilidade: o conteúdo de minhas palestras de 2003-2005. **Carta Capital Social 93**, set. 2005. Disponível em: <http://escoladeredes.net/profiles/blog/list?user=18d9d529umtfy&month=06&year=2010>. Acesso em: 13 fev. 2012.

IBAMA. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, 2010. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 15 fev. 2012.

INTERNATIONAL RIVERS. 2010. Disponível em: <http://eco4planet.com/blog/2010/09/google-earth-tem-tour-contra-belo-monte/>. Acesso em: 16 fev. 2012.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

MAINWARING, S.; VIOLA, E. **New social movements, political culture and democracy: Brazil and Argentina**. Paris: Kellogg Institute, Working Paper #33, 1984, 82 p.

MELO, A. Entrevista com Antonia Melo – liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. **Clínica do texto**, 14 maio 2010. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=466&it=470>. Acesso em: 15 fev. 2012.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PAINEL DOS ESPECIALISTAS. 2009. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/resumo-executivo-painel-de-especialistas-examinabilidade-de-belo-monte-3948>. Acesso em: 16 fev. 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado** [online], v.21, n.1, p. 109-130, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007. Acesso em: 15 fev. 2012.

XINGU VIVO. 2010. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/>. acesso em: 15 fev. 2012.

XVPS. 2010. Disponível em: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br/>. Acesso: 15 fev. 2012.